



## **O Instituto Nossa Senhora da Glória e a escolarização em Francisco Beltrão-PR e região (1952-1982)**

*The Institute Nossa Senhora da Glória and schooling  
in Francisco Beltrão-PR and region (1952-1982)*

*el instituto nossa senhora da Glória y la escuela en  
Francisco Beltrão-PR y región (1952-1982)*

MOACIR DA COSTA BELLIATO<sup>a</sup>

ANDRÉ PAULO CASTANHA <sup>b</sup>

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender o papel do Instituto Nossa Senhora da Glória no processo de escolarização em Francisco Beltrão e região, no período que vai de 1952 a 1982. Nesses trinta anos, o Instituto passou por uma série de experiências que envolveram a participação da comunidade, das autoridades públicas e do poder público. Para tanto, nos servimos de fontes bibliográficas, documentais e orais e fizemos uma análise dialética, considerando o contexto dos dados e o cruzamento das fontes analisadas. As Irmãs Escolares se empenharam no processo de escolarização de crianças e jovens de Francisco Beltrão, no Paraná, e região. Iniciaram os trabalhos em salas improvisadas alugadas ou emprestadas. Com o apoio das famílias, de lideranças comunitárias, dos poderes municipal, estadual e Federal e com recursos vindos da Alemanha, construíram escolas na cidade e na região, que contribuíram de forma significativa, para o avanço da educação no período, visto que o Estado não conseguia

---

<sup>a</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Francisco Beltrão (UNIOESTE). Mestre em Educação e Doutorando em Geografia pela UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão, e-mail: moacir.assistenciasocial@gmail.com

<sup>b</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Francisco Beltrão (UNIOESTE). Doutor em Educação pela UFSCar e Pós-Doutor em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP, e-mail: andrecastanha66@gmail.com

atender à demanda educacional por falta de recursos e por negligência dos gestores. Evidenciamos que o Instituto Nossa Senhora da Glória se constituiu em um polo que possibilitou a criação de várias escolas públicas no período.

**Palavras-chave:** Sudoeste do Paraná. Ensino Primário. Irmãs Escolares de Nossa Senhora. História da Educação Regional. Formação de Professores.

### *Abstract*

*This article aims to understand the role of the Nossa Senhora da Glória Institute in the schooling process in Francisco Beltrão and the region, in the period from 1952 to 1982. In these thirty years, the Institute went through a series of experiences that involved the participation community, public authorities, and public authorities. In order to do so, we used bibliographic, documentary, and oral sources and carried out a dialectical analysis, considering the context of the data and the crossing of the analyzed sources. The School Sisters were involved in the schooling process of children and young people in Francisco Beltrão and region. Work began in improvised rooms rented or borrowed. With the support of families, community leaders, Municipal, State, Federal authorities, and with resources from Germany, they built schools in the city and in the region, which contributed significantly to the advancement of education in the period, since the State did not manage to meet the educational demand, due to lack of resources and negligence of managers. We evidenced that the Nossa Senhora da Glória Institute was constituted in a pole that made possible the creation of several public schools in the period.*

**Keywords:** Southwest Paraná. Primary school. School Sisters of Notre Dame. History of Regional Education. Teacher training.

### *Resumen*

*Este artículo tiene como objetivo comprender el papel del Instituto Nossa Senhora da Glória en el proceso de escolarización en Francisco Beltrão y región, en el período de 1952 a 1982. En estos treinta años, el Instituto pasó por una serie de experiencias que involucraron la participación de la comunidad, los poderes públicos y las autoridades públicas. Para ello, utilizamos fuentes bibliográficas, documentales y orales y realizamos un análisis dialéctico, considerando el contexto de los datos y el cruce de las fuentes analizadas. Las Hermanas Escuela se involucraron en el proceso de escolarización de niños y jóvenes en Francisco Beltrão y región. Se empezó a trabajar en habitaciones improvisadas alquiladas o prestadas. Con el apoyo de familias, líderes comunitarios, autoridades Municipales, Estatales, Federales y con recursos de Alemania, construyeron escuelas en la ciudad y en la región, que contribuyeron significativamente al avance de la educación en el período, ya que el Estado no logró para atender la demanda educativa, por falta de recursos y negligencia de los directivos. Evidenciamos que el Instituto Nossa Senhora da Glória se constituyó en un polo que permitió la creación de varias escuelas públicas en el período.*

**Palabras clave:** *Sudoeste Paranaense. Escuela primaria. Hermanas de la Escuela de Notre Dame. Historia de la Educación Regional. Formación de profesores.*

## Introdução

O presente texto, resultado de uma dissertação, procura compreender o papel do Instituto Nossa Senhora da Glória no processo de escolarização em Francisco Beltrão e região no período de 1952 a 1982. O ano de 1952 marca a chegada das Irmãs Escolares em Francisco Beltrão; já 1982 marca o período em que a instituição adquire uma plena autonomia nas suas ações educativas. Nesses trinta anos, o Instituto passou por uma série de experiências que envolveram a participação da comunidade, das autoridades públicas e do poder público.

O contato com diversas fontes – bibliográficas, documentais e depoimentos orais – evidenciaram que o Instituto Nossa Senhora da Glória esteve presente na origem de várias escolas no município de Francisco Beltrão e região. A partir dessas fontes foi possível estabelecer algumas problematizações como: quais foram as razões que levaram a Congregação para Francisco Beltrão? Qual é a função do Instituto no processo de escolarização de Francisco Beltrão e região? Que tipo de relações as Irmãs estabeleceram com a comunidade e os poderes públicos? Que fatores levaram o Instituto Nossa Senhora da Glória a ser consolidado como referência educacional?

Para responder a estes questionamentos, fizemos uma análise dialética, considerando o contexto dos dados e o cruzamento das fontes analisadas. Dentre as fontes bibliográficas analisadas, destacamos Emer (1991), Lazier (s/d, 1982), Wernet (2002), Azzi (2008), Cattelan (2014), Belliato e Castanha (2016), Belliato (2017), Nurnberg (2017), Sbardelotto e Castanha (2018), Severgnini e Castanha (2020). Quanto às fontes documentais, destacamos leis, decretos, crônicas do Instituto e documentos escolares. Também utilizamos depoimentos orais de professores que lá trabalharam ou estudaram nesse período.

Quando as Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS) aqui chegaram, o Brasil vivia um momento de perseguição aos imigrantes, característicos das décadas de 1930 e 1940, período marcado pelo Estado Novo e pela 2ª Guerra Mundial. As Congregações Religiosas estrangeiras e, principalmente, as que vinham da Alemanha eram vistas com certa desconfiança. Por isso, inicialmente, as Religiosas Escolares se

dedicaram à área de saúde e à assistência de crianças que viviam nos orfanatos, obtendo assim o reconhecimento da população, para posteriormente atuarem na educação.

Em 1951, quando as irmãs pertencentes ao grupo instalado no estado de São Paulo visitaram os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para uma sondagem vocacional, chegaram até a Vila Marrecas, que a partir de 1952 se tornou Francisco Beltrão, e logo perceberam a situação precária da educação, empenhando-se em iniciar um projeto educacional e vocacional no local. A população local se animou com a ideia e viabilizou as condições para que elas se instalassem já no ano de 1952.

Com entusiasmo, as religiosas se empenharam no processo de escolarização de crianças e jovens de Francisco Beltrão e região. Iniciaram os trabalhos em salas improvisadas alugadas ou emprestadas, despertando logo o interesse dos pais e das autoridades locais, tanto religiosas quanto civis, pelo seu projeto educacional.

As Religiosas Escolares, com o apoio das lideranças comunitárias, dos poderes municipal, estadual e federal e com muitos recursos vindos da Alemanha, construíram escolas na cidade e região, que contribuíram de forma significativa para o avanço da educação em Francisco Beltrão e região.

O texto está organizado da seguinte forma: inicialmente trataremos brevemente da tensão vivenciada entre Estado e Igreja durante os séculos XIX e XX na Alemanha; em seguida apresentaremos dados da chegada, instalação e início dos trabalhos da Congregação em Francisco Beltrão; depois evidenciaremos a atuação das irmãs no processo de constituição de uma estrutura educacional em Francisco Beltrão e região; e, por fim, estabeleceremos algumas conclusões.

## **Estado, Igreja e educação nos séculos XIX e XX: aproximações e distanciamentos**

A região da Baviera, no Sul da Alemanha, em que Carolina Gerhardinger (1797-1879)<sup>1</sup> viveu, foi marcada por momentos de grandes tensões. Conforme Belliato (2017), ocorreram disputas políticas e religiosas causadas por um modelo de governo embasado na ideologia iluminista. O sistema governamental sustentava a ideia de que o uso da razão deveria prevalecer, impossibilitando as pessoas de viverem uma crença religiosa. Instalaram-se então na Alemanha naquele período as bases para o ateísmo. Naquele período, quem estava comandando a região da Baviera era um grupo que se contrapunha declaradamente à doutrina da Igreja Católica, comandada por Napoleão Bonaparte que se contrapôs ao poder político vigente, bem como ao modelo de Igreja da época.

Para cumprir seu objetivo, Napoleão contou com seu exército poderoso, utilizando-se do arsenal militar que tinha à sua disposição. O exército de Napoleão praticamente dizimou a Baviera, deixando-a em um estado “de extrema pobreza moral, social e econômica, e tinha como slogan: ‘abaixo com a superstição’. O iluminismo dirigia a guerra contra a fé cristã e contra a Igreja Católica” (ARNS, 2012, p. 29). Movidos pelo interesse de divulgar e implantar as ideias do iluminismo francês, os militares combateram, de forma avassaladora, a religião católica e protestante, que eram vistas pelo movimento revolucionário como um retrocesso da sociedade.

Após a Revolução Francesa, iniciou-se na Europa uma luta direta entre Estado e Igreja pelo controle da educação. Nessa disputa, lentamente o processo de laicização da educação foi se ampliando, na medida em que os Estados passaram a investir mais na formação de estruturas educacionais públicas e a assumir a contratação de professores. Porém, como indicou Manacorda (2004), o processo de laicização, secularização e a estatização da educação foi bastante lento e variou de nação para nação, por isso a Igreja atuou com relativa força durante a maior parte do século XIX e início do século XX. Segundo Manacorda, “foi uma batalha contra ‘a educação

---

<sup>1</sup> Carolina Gerhardinger era filha de Willibald Gerhardinger e Maria Francisca Kuber. Nasceu em 20 de junho de 1797, em Stadtamhof, e faleceu em 9 de maio de 1879, em München. Fundou a ordem das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, tornando-se a madre geral da ordem, com o nome de Madre Maria Teresa de Jesus. Foi beatificada em 1985 pelo papa João Paulo II.

igrejeira’, entre Estado e Igreja, mas não necessariamente entre cristãos e leigos” (2004, p. 276-7).

Carolina Gerhardinger, convivendo e presenciando as dificuldades e conflitos daquele momento histórico, idealizou um modelo diferente de educação daquele que havia na sua época. Sob a orientação do bispo Wittmann, do padre Francisco Sebastião Job e padre Siegert, propôs-se a

[...] fundar pequenas comunidades rurais inseridas, com 2 ou 3 irmãs, vivendo da confiança da Providência Divina [...] devemos viver de acordo com o povo pobre daquele lugar que nos receber, viver de esmolas e contribuições oferecidas [...] para a educação e o ensino do povo pobre (ARNS, 2012, p. 66-67).

Segundo Dix, no dia 24 de outubro de 1833, “a jovem Carolina, com suas três companheiras, começou oficialmente a Congregação das pobres Irmãs Escolares de Notre Dame (Nossa Senhora)” (1993, p. 13). A experiência deu tão certo que dentro de poucos anos a congregação se espalhou por vários países da Europa com um número de religiosas sempre crescente.

Com a grande expansão da Congregação na Europa, as religiosas escolares expandiram seus projetos educacionais, chegando aos Estados Unidos em 1847. A razão dessa expansão aconteceu devido à solicitação de vários bispos de dioceses norte-americanas para atender a inúmeros imigrantes alemães.

Na medida em que se deslocaram em direção à América do Norte, os imigrantes alemães foram acompanhados por alguns sacerdotes missionários alemães, que prestavam assistência espiritual. Esses missionários, entendendo que não era suficiente apenas a administração dos sacramentos, retornaram à Alemanha para pedir reforço nos trabalhos apostólicos e projetos educacionais que estavam em expansão, sendo atendidos pelas congregações religiosas, especialmente as femininas. A própria Madre Teresa foi para os Estados Unidos para fundar casas, permanecendo por lá pelo tempo de um ano.

O trabalho missionário desenvolvido nos Estados Unidos resultou na evolução numérica das religiosas, o que possibilitou expansão ainda maior do projeto. Assim, a congregação iniciou inúmeras missões nos continentes Africano, Asiático, Oceania e América do Sul na segunda metade do século XIX e primeira do século XX.

Na Alemanha, a Congregação das Irmãs Escolares também se fortaleceu nas primeiras décadas do século XX, mas começou a viver momentos difíceis a partir da ascensão de Adolf Hitler no comando da Nação. Segundo Wernet:

Com a subida de Adolf Hitler ao poder, em janeiro de 1933, começou, para a Alemanha, um processo sistemático de dismantelamento do regime liberal democrático da República de Weimar e, paralelamente, o estabelecimento de um regime totalitário e ditatorial: o Terceiro Reich - 1933 a 1945 (2002, p. 47).

A forte intervenção do Estado autoritário nazista foi desastrosa para grande parte da Igreja e para os Institutos de Religiosos na Alemanha. As religiosas estavam em situação delicada, pois ou se submetiam às normas do novo regime ou seriam consideradas como inimigas do governo.

As Irmãs foram prejudicadas em todos os sentidos, tanto materialmente, com a expropriação de suas escolas e conventos, como intelectualmente, não podendo exercer a profissão dentro de suas convicções religiosas. Diante desse quadro de mudanças e exclusão, muitas Irmãs se capacitaram para a área de enfermagem, uma vez que elas também precisavam se sustentar.

Para fugir do regime nazista, algumas irmãs decidiram vir para o Brasil. Elas partiram de duas diferentes províncias da Alemanha, Silésia (1935) e Baviera (1937e), de forma que, quando chegaram ao Brasil, o primeiro grupo se instalou em Forquilha/SC, e o segundo grupo desembarcou no Porto de Santos, em 1937, e se instalou na cidade de Matão/SP.

Com o regime republicano instalado no Brasil, o Estado leigo foi organizado de tal forma que a Igreja se sentiu esquecida da vida pública e social. Diante desse processo de marginalização, como a Igreja reagiu? Os bispos buscavam recatolizar o Brasil sob a orientação da Cúria Romana. A evidência mais concreta desta tentativa se constituiu na construção de monumentos religiosos católicos como o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, para demonstrar sua autonomia e, ao mesmo tempo, poder de influência nos assuntos de seu interesse.

A Igreja entendeu que, além da construção de monumentos e catedrais em pontos estratégicos, seriam necessárias outras ações como a importação de religiosos e religiosas de descendência Europeia para atuar em diversos setores, fortalecendo o catolicismo no país e, com isso, a ação da Igreja na luta contra as intervenções do Estado. Assim, no final do século XIX e início do século XX várias ordens religiosas

Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 22, n. 73, p. 700-728, abr./jun. 2022

entram no Brasil. A atuação dessas congregações masculinas e femininas fortaleceu os movimentos católicos para intervirem em setores que estavam em situações precárias, como a assistência social, a saúde e a educação.

Quem esteve na linha de frente da implantação deste modelo romanizado no Brasil foi Dom Sebastião Leme (1870-1942) que, “ao tomar posse da Arquidiocese de Olinda, em 1916, publicou uma carta pastoral sobre o ensino religioso, que passou a ser considerada a partir dos anos 1920 como um verdadeiro programa de ação pastoral para todo o país” (AZZI, 2008, p. 11).

Segundo Azzi:

Uma das chaves para a compreensão da história da Igreja no Brasil, durante o período das quatro décadas, que se inicia em 1922, é o conceito de sacralização da sociedade. De fato, a ideia de ressacralizar a sociedade brasileira está subjacente ao projeto pastoral da hierarquia, conhecido sob o nome de restauração católica (2008, p. 11).

A proposta do episcopado brasileiro em sacralizar a sociedade não era outra coisa a não ser “transformar o Estado republicano num Estado religioso” (AZZI, 2008, p. 13). O episcopado e o clero olhavam a laicização do estado como uma oposição aos ideais da Igreja Católica. Dom Leme demonstrou esta insatisfação quando questionou sobre o ensino leigo. Todavia, o contexto das décadas de 1930 e 1940, marcado pela Segunda Guerra mundial, dificultou a atuação das novas ordens religiosas na educação naquele contexto. No caso das Irmãs Escolares, isso ficou evidente.

Segundo Wernet:

Os serviços em hospitais não pertenciam, inicialmente, aos fins específicos da Congregação. Mas percebeu-se bem cedo que pelas atividades hospitalares e enfermagem, as IENS, com maior facilidade, conseguiram ser aceitas em países estrangeiros do que pelas atividades educacionais (2002, p. 58).

Os anos foram passando e as Irmãs Escolares precisavam aumentar o número de religiosas na Congregação. Com isso, surgiu a ideia de iniciar uma comunidade no Sul do Brasil, visto que havia demanda por religiosas nas novas áreas de colonização. Segundo o documento referente ao ano de 1951: “de todos os lados aconselharamos, e diversas Congregações comprovaram: quem quiser muitas e boas vocações

deve começar obras no Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná” (INSTITUTO<sup>2</sup>, 1982, s/p).

Devido à falta de vocações, e para atenderem aos pedidos de padres e bispos, as Irmãs Escolares resolveram conhecer o Sul do Brasil. Por isso, Irmã Recaldis Harberl<sup>3</sup>, superiora na época, acompanhada por Irmã Boaventura Gress<sup>4</sup>, que era membro do conselho da Congregação, vieram visitar as Irmãs da província da Silésia, instaladas em Forquilha/SC, para fazer uma sondagem vocacional no ano de 1951. Passaram por várias cidades como Campos Novos, Lages e Luzerna. Segundo Lazier, a chegada da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora se deu da seguinte forma:

No ano de 1951 as Irmãs Recaldis Haberl e Boaventura Gress, visitaram os Estados do Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente para conseguir vocações para a Congregação. Em 02.10.1951 foram de Joaçaba (Santa Catarina) para Palmas (Paraná). Chegando em Palmas, o vigário sugeriu que as mesmas fossem para Marrecas por considerar que a Região necessitava do trabalho das Irmãs (LAZIER, 1982, s/p).

As Irmãs estavam à procura de vocações para a Congregação e perceberam que na região havia muitas famílias cristãs que precisavam de educação e formação e que poderiam fornecer muitas candidatas para ingressar na ordem. Logo, perceberam que poderiam fazer “parcerias” importantes com a Prelazia de Palmas<sup>5</sup>, com a direção da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO)<sup>6</sup> e com a comunidade.

---

<sup>2</sup> Uma espécie de crônica que narrou alguns acontecimentos importantes entre 1951 e 1982. A crônica citada corresponde ao período de 1952 a 1962 e se apresenta de forma manuscrita. Está acessível no arquivo do Colégio Nossa Senhora da Glória, em Francisco Beltrão.

<sup>3</sup> A irmã Maria Recaldis Harberl nasceu em 13/06/1896 em Hitzelberg, na Alemanha. Era professora em Stadtamhof e fez o noviciado de 06/08/1923 a 06/08/1924. Ela trabalhou em Francisco Beltrão na década de 1950, no início da instalação do Instituto Nossa Senhora da Glória.

<sup>4</sup> A irmã Maria Boaventura nasceu em 10/05/1898 em Altenstadt, na Alemanha, e fez o noviciado entre 16/08/1922 e 16/08/1923. Era professora.

<sup>5</sup> A Prelazia de Palmas foi criada pela bula papal “*ad maius christofidelium bonum*”, do Papa Pio XI, no dia 9 de dezembro de 1933, desmembrada das dioceses de Lages e Ponta grossa.

<sup>6</sup> CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório. Segundo Cattelan (2014), a CANGO se estabeleceu na Vila Marrecas no ano de 1948 para assentar colonos vindos de diversas regiões do país, principalmente da região Sul. A CANGO investiu na construção de escolas para o atendimento às crianças, filhas dos colonos assentados na região. Ainda em 1948 foi construída a primeira escola primária, intitulada “General Osório”, sendo contratada como professora Italiana Zancan Scotti.

Nessa visita já acertaram com a comunidade a abertura de uma casa, inclusive com a compra do terreno aonde está a atual sede da Congregação.

### *Da chegada das Irmãs Escolares em Francisco Beltrão e sua instalação*

Quando as Irmãs Escolares chegaram à região, também não encontraram um período de calma, os conflitos em torno da posse da terra, entre as companhias colonizadoras e os posseiros/colonos, estavam bastante acalorados. O fato é que os posseiros/colonos, que haviam se instalados nos lotes cedidos pela CANGO, de forma gratuita, passaram a serem cobrados pela posse da terra pelas companhias colonizadoras, que alegavam serem as legítimas proprietárias das terras. Assim, aqueles que resistiam ao pagamento eram expulsos de suas terras de forma brutal por jagunços contratados pelas companhias.

Com o tempo, a paciência dos posseiros/colonos se esgotou e eles começaram a se manifestar abertamente pelas ruas contra as companhias. As manifestações aconteceram em vários momentos e locais, até que em 10 de outubro de 1957 se expressaram de forma mais radical. Em Francisco Beltrão estava a sede principal da CITLA e escritórios da APUCARANA e da COMERCIAL<sup>7</sup>, sendo este “o quartel general dos jagunços” (LAZIER, s/d, p. 21). Os posseiros, sentindo que as companhias haviam perdido o controle da situação, iniciaram a “depredação dos escritórios das companhias. Tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias” (LAZIER, s/d p. 21).

Com a expulsão das companhias, permaneceu o problema da posse provisória dos lotes de terras, tanto urbanos quanto rurais, ou seja, as propriedades não eram tituladas. De acordo com Lazier, para resolver o problema foi criado o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP) em 1962. Conforme o mesmo autor, “foi uma verdadeira medida de reforma agrária, no bom sentido, que é não só distribuir terras mas também dar assistência técnica ao colono e à região”.

---

<sup>7</sup> Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA, era uma empresa de colonização que se intitulou dona de uma grande área de terras na região. Para dar conta do trabalho de colonização contratou outras duas empresas, a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda – APUCARANA e a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. – COMERCIAL.

Na sua leitura, “o GETSOP concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação da CITLA” (LAZIER, s/d, p. 24). O GETSOP atuou até o início da década de 1970 e regularizou a posse da terra na região.

As irmãs se inseriam nessa região, em meio a esse conflito, com uma missão muito clara: dar continuidade ao projeto de expansão da cristandade católica dentro do padrão europeu sob orientação da Cúria Romana. Um dos principais meios para que o cristianismo católico pudesse chegar até as pessoas era por meio da escola. Esta foi a estratégia adotada pela Igreja Católica para formar as crianças das classes menos favorecidas, bem como das elites agrárias e urbanas da região, dentro dos princípios católicos. Concomitantemente a este projeto de expansão, as religiosas aproveitaram a oportunidade para ampliar o quadro vocacional e fortalecer a Congregação.

Segundo Lazier, no dia 20 de janeiro de 1952, as Irmãs chegaram, hospedando-se na casa do Sr. Guerino Fabris. O autor mencionou que “o bispo, porém, não era muito favorável à construção de mais uma escola” (LAZIER, 1982, p. s/p). No entendimento de Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello, a região era pobre e já havia uma escola pública estadual; mesmo assim, aconselhou que as irmãs fizessem uma sondagem antes de tomar qualquer iniciativa. Depois de avaliarem a realidade local, “entenderam que seria viável um colégio administrado por elas” (LAZIER, 1982, s/p).

Dias depois da sua chegada, as irmãs iniciaram os trabalhos escolares em caráter provisório em locais alugados ou emprestados pelos membros da comunidade. Conforme registrado na crônica:

As aulas no Instituto Nossa Senhora da Glória tiveram início no dia 2 de fevereiro de 1952. O número de alunos era de 51 meninos e 71 meninas. Não dispúnhamos de edifício próprio. Lecionávamos em salas emprestadas isto é: no salão de cinema e numa ex-casa de comércio (INSTITUTO, 1962, s/p).

Como indicado na citação, as aulas do Instituto Nossa Senhora da Glória iniciaram no dia 2 de fevereiro de 1952, mas em outro documento foi indicado 15 de fevereiro<sup>8</sup>, com um número de 122 alunos, entre meninos e meninas. Como indicado

---

<sup>8</sup> Há uma divergência sobre a data do primeiro dia de aula, o livro de Crônica da Escola descreveu que foi no dia 2 de fevereiro, já o livro de Crônicas "HISTÓRIA REMOTA DE MARRECAS" descreveu que foi no dia 15 de fevereiro; o álbum de fotografias do Arquivo do Instituto Nossa Senhora da Glória também destacou o dia 15 de fevereiro de 1952 como sendo o dia da aula inaugural. Analisando os anos seguintes no livro de Crônicas da Escola, normalmente as aulas sempre

Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 22, n. 73, p. 700-728, abr./jun. 2022

na crônica, as primeiras aulas aconteceram em uma antiga casa de comércio cedida pelo Sr. Vicente Longo e no cinema da cidade. Muito provavelmente, tanto os meninos quanto as meninas estudavam na mesma sala. O Instituto Nossa Senhora da Glória “obteve oficialmente o registro definitivo, sob o nº 280, para funcionar em 10/09/1952” (PARANÁ, s/d, p. 22). Como visto, a escola das Irmãs Escolares recebeu a autorização do Estado após poucos meses de funcionamento.

Com o sucesso da escola devido à grande procura, as irmãs sondaram o apoio da comunidade para a construção da sede própria no terreno da rua Tenente Camargo, adquirido ainda em 1951. Inesperadamente, receberam uma proposta para a construção de um colégio na CANGO<sup>9</sup>. A proposta despertou o interesse das irmãs pelo projeto, visto que as condições financeiras da congregação ainda eram precárias. O administrador da CANGO propôs às irmãs a doação do terreno e dos materiais necessários, como pregos toras e tábuas e outros materiais que usariam na construção, desde que aceitassem construir o Colégio na CANGO, desse modo as irmãs pagariam somente a mão de obra. Em troca, os filhos dos posseiros/colonos assentados pela CANGO estudariam gratuitamente. Com resistência, a proposta foi aceita pelas irmãs. Depois de alguns anos, muito trabalho e algumas decepções, pois a CANGO não cumpriu todos os compromissos assumidos, a obra foi concluída e inaugurada no começo de 1956.

---

iniciaram no dia 15 de fevereiro de cada ano ou sempre próxima a esta data. Com base nestas análises, entendemos que muito provavelmente a aula inaugural ocorreu no dia 15 de Fevereiro de 1952.

<sup>9</sup> A CANGO estava situada na margem esquerda do Rio Marrecas e já abrigava um bom número de moradores. O terreno das irmãs estava na vila Marrecas, na margem direita do mesmo rio. Com a expansão da cidade de Francisco Beltrão, a CANGO se constituiu um bairro.

Fotografia 1 – Inauguração do Instituto Nossa Senhora da Glória – CANGO em 2 de fevereiro de 1956



Fonte: Acervo Colégio Nossa Senhora da Glória (s/d, s/p).

Pela imagem anterior, evidenciamos que se tratava de uma construção em madeira com 3 blocos e muitas janelas. Ao centro, a escadaria de acesso e a torre da capela. Percebemos uma grande estrutura educacional, resultante da parceria entre as irmãs, a comunidade, o empresariado e o poder público.

Quando houve a inauguração da obra, a CANGO já não contava mais com o poder que tinha no começo da década de 1950, pois o conflito referente à terra havia gerado uma série de contradições entre as forças políticas nacional, estadual e municipal, além dos interesses das companhias colonizadoras e madeireiras que haviam se instalado na região. Esses conflitos acabaram fazendo com que ela não conseguisse cumprir todas as promessas feitas, referentes à construção do prédio escolar, obrigando as irmãs a recorrerem à ajuda financeira da comunidade, do estado do Paraná (PARANÁ, Lei n. 1.363 de 1953) e de entidades da Alemanha.

A inauguração da nova estrutura foi motivo de festa e grande alegria, mas a mudança da escola para a outra margem do rio trouxe alguns problemas para os pais de filhos pequenos, pois, além da distância, havia o perigo da travessia da ponte sobre o rio Marrecas. Diante disso, os pais da área central da cidade passaram a pressionar

Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 22, n. 73, p. 700-728, abr./jun. 2022

as irmãs para a construção de uma estrutura educacional na Rua Tenente Camargo, localizada no centro da cidade. No ano de 1956 também houve a entrega da nova construção, pelo estado do Paraná, do Grupo Escolar Dr. Eduardo Virmond Suplicy, no centro da cidade. A abertura do grupo escolar acabou fazendo com que as irmãs buscassem alternativas para a construção de uma estrutura educacional no terreno da rua Tenente Camargo, localizada no centro da cidade.

Assim, em 1958 iniciou-se a construção de uma estrutura provisória para atender às crianças pequenas durante o dia e à alfabetização de adultos no período noturno. Com a conclusão da obra, a escolinha começou a funcionar e foi muito bem aceita pela comunidade. Essa aceitação levou as irmãs a trabalhar para viabilizar uma ampla e moderna estrutura educacional na cidade. Em 1964, com o apoio de entidades da Alemanha, iniciou-se a construção do bloco A, concluída em 1967. Em seguida, a construção do bloco C, finalizada em 1969. Com a nova estrutura física pronta, todas as atividades educacionais foram transferidas para a rua Tenente Camargo, sendo a estrutura da CANGO cedida para a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR).

Com a construção de uma ampla estrutura física, as irmãs se envolveram em várias atividades educacionais, especialmente em parceria com o estado do Paraná, até o final da década de 1970.

Devido às carências da formação dos professores na região, as religiosas perceberam que era necessário investir na formação de professores. Para tanto, mobilizaram a comunidade e as autoridades públicas para trazer a Escola Normal para Francisco Beltrão. Conforme indicado por Belliato e Castanha (2016), na estrutura física do Instituto, localizada na CANGO, passou a funcionar, a partir de 1959, a primeira escola de formação de professores de Francisco Beltrão, a Escola Normal Regional Ginásial Nossa Senhora da Glória, mantida pelo estado do Paraná, mas administrada pelas religiosas. A Escola Normal Regional foi também a primeira escola de formação em nível secundário de Francisco Beltrão, formando professores regentes de ensino<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Conforme estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei n. 8530 de 2 de janeiro de 1946, o ensino normal era organizado da seguinte forma: era ministrado em dois níveis de curso, sendo o primeiro de grau ginásial, ministrado na Escola Normal Regional, com duração de 4 anos, formando o regente de ensino primário; e o segundo de grau colegial, ministrado na Escola Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 22, n. 73, p. 700-728, abr./jun. 2022

Como o processo de escolarização aumentou, sendo criados vários grupos escolares na região, era necessário qualificar a formação de professores, por isso, anos mais tarde, as irmãs se empenharam na implantação da Escola Normal Colegial Estadual. Assim, no ano de 1965 tiveram início as atividades da Escola Normal Regina Mundi, que passaram a formar professores primários, solucionando parte do problema da formação de professores da região. A Escola Normal Colegial também era mantida pelo estado do Paraná e funcionou inicialmente na CANGO, sendo transferida a partir de 1967/68 para a nova estrutura educacional e administrada pelas irmãs. Nos dois casos, o estado pagava aluguel pelo uso da estrutura física.

Com a nova estrutura pronta, o Instituto Glória se consolidou no campo educacional, como veremos mais adiante.

### *As instalações de escolas fora de Francisco Beltrão*

A ausência do Estado na construção de escolas para os filhos dos imigrantes que chegavam na região fez com que eles se empenhassem por conta própria para prover os meios para que seus filhos recebessem uma boa educação escolar.

Como indicaram Sbardelotto e Castanha (2018), Ivo Oss Emer fez um estudo bem rigoroso sobre o processo de escolarização no Oeste do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960 e identificou várias modalidades de instituições educativas. Como a região Sudoeste do Paraná foi colonizada na mesma época e pela mesma cultura migrante, é possível perceber características muito semelhantes. Ou seja, com base no trabalho de Emer, “não há como abordar a história da educação nestas regiões sem antes recorrer à classificação das iniciativas educacionais existentes nas colônias de migrantes que se instalaram no Oeste e Sudoeste do Paraná” (SBARDELOTTO; CASTANHA, 2018, p. 203).

Sinteticamente, apresentamos a classificação estabelecida por Emer (1991); segundo o autor, com o passar do tempo, “as camadas populares perceberam a importância da escolarização a partir do momento em que as forças produtivas exigiram novas relações de produção e que a instrução representava as condições de acesso a melhores lugares nessas novas relações” (1991, p. 209).

---

Normal, com duração de 3 anos, formando o professor primário. Para ingressar na Escola Normal Colegial era necessário o curso de regente do ensino ou o curso ginásial.

O referido autor identificou no Oeste do Paraná quatro modalidades de escolas. A primeira era a “Escolarização Particular Domiciliar”, um tipo de instrução sem instituição escolar, ou seja, uma modalidade caracterizada pela informalidade e ausência de regulamentação oficial, dando-se dentro da família ou num grupo restrito. A segunda modalidade, foi definida como “Casa Escolar Particular”, construída e mantida por um grupo social pioneiro. Ela também não era oficial, mas nela havia um local específico para a instrução, o que ampliava a capacidade de atendimento às crianças. Nessa modalidade, o professor era contratado pelo grupo social e ministrava um currículo mais amplo, que incluía as primeiras letras e cálculos, aspectos da cultura, costumes e religião de origem dos colonos.

Já a terceira modalidade foi a “Casa Escolar Pública”, a qual marcou presença do poder público, pois o professor era pago pelo Estado e deveria cumprir o programa escolar oficial, emitindo um certificado de conclusão aos alunos que concluíam o programa oficial e eram aprovados no exame final. A Casa Escolar Pública exigia o ensino da língua portuguesa. Muitas das Casas Escolares Particulares se tornaram Casa Escola Pública, inclusive mantendo o professor, que passou a ser pago pelo poder público.

Por fim, a quarta modalidade identificada por Emer foi o Grupo Escolar Público, instalado em núcleos populacionais mais desenvolvidos, ou seja, nas cidades e vilas. O Grupo Escolar era organizado por meio do regime seriado, exigindo como pré-requisito a aprovação em exame, no final do ano, para passar para a série seguinte. Ao ser aprovado no exame da última série, o aluno recebia o Certificado de Conclusão do Ensino Primário (EMER, 1991, p. 209-212).

Não há dúvidas de que no Sudoeste tais modalidades também existiram, todavia, ao analisar a atuação das Irmãs Escolares, identificamos outra modalidade de escola que não foi descrita por Emer (1991), a qual vamos apresentar ao final do tópico.

Com o sucesso do Instituto Nossa Senhora da Glória, em Francisco Beltrão, as irmãs foram convidadas para ampliar sua atuação na região. O primeiro pedido veio dos moradores do distrito de Dois Vizinhos (emancipado de Pato Branco em 1960), que, no final da década de 1950, solicitaram às Irmãs Escolares que abrissem uma casa

escolar naquela comunidade. Segundo Wernet, o projeto educacional em Dois Vizinhos se desenvolveu da seguinte forma:

Em 1958, as Irmãs Maria Mechthildis e Maria Boaventura, a pedido das autoridades locais, visitaram Dois Vizinhos, município a 50 km distante de Francisco Beltrão. Há tempo haviam formulado pedidos às Irmãs Escolares de Nossa Senhora para ter religiosas que ficassem responsáveis pela escola a ser aberta. Já que as duas Irmãs tiveram boa impressão do local e do povo, acharam conveniente e correto abrirem aí uma filial. O núcleo central de Dois Vizinhos constavam de 200 casas, que representavam, aproximadamente, a quinta parte do município todo. As matrículas foram feitas no dia 8 de fevereiro de 1959, sendo 87 o número inicial de matriculados (2002, p. 136).

Como indicado na citação, Dois Vizinhos abrigava uma parte significativa da população, isso permitiu que a Escola Primária Regina Mundi fosse aberta com um número expressivo de alunos, 87 no total.

Na imagem a seguir, podemos visualizar as Irmãs Escolares entre os alunos que frequentavam a escola de Dois Vizinhos a partir de 1959.

Fotografia 2 – Escola Primária Regina Mundi de Dois Vizinhos, 1959.



Fonte: Wernet (2002, p. 131).

Pela imagem é possível deduzir que a estrutura física não se caracterizava como um grupo escolar, até mesmo porque o prédio era de propriedade da Paróquia. No entanto, não encontramos informações de como eram distribuídos os alunos nas salas de aula. De 1960 a 1969, a escola se consolidou, atendendo a aproximadamente 300 alunos por ano.

O projeto educacional das Irmãs Escolares continuou o seu processo de expansão ao receber pedidos de outras comunidades. Conforme indicou Wernet:

No ano de 1959, a pedido das autoridades locais, as Irmãs Maria Mechthildis, Maria Cailistina e Maria Boaventura visitaram duas outras localidades: Nova Concórdia e Jaracatiá (mais tarde Enéias Marques), que igualmente queriam Irmãs para sua Escola. Nova Concórdia era um lugar pequeno, cuja principal personalidade e líder político era o senhor Vicente Pezenti, um rico fazendeiro, que prometeu construir um Colégio católico até o fim do ano de 1959. Os dois pedidos foram considerados (2002, p. 136).

Nova Concórdia era uma comunidade localizada no interior do município de Francisco Beltrão. A promessa de construção da escola até o final de 1959 não se concretizou, pois a inauguração só se deu no dia 12 de fevereiro de 1961, sendo celebrada uma missa. A escola recebeu o nome de Nossa Senhora de Fátima e foi construída em madeira na sede do povoado de Nova Concórdia para receber os alunos e alunas da comunidade e região. A estrutura funcionou como escola e

residência das Irmãs entre 1961 e 1969. Assim, sua construção, a presença e a administração das Religiosas Escolares representaram um importante avanço na formação primária dos alunos naquela comunidade.

Fotografia 3 – Visão panorâmica da Escola Nossa Senhora de Fátima, em Nova Concórdia, em 1962.



Fonte: Wernet (2002, p. 132).

O professor Félix Padilha, em depoimento, confirmou a existência da Escola Nossa Senhora de Fátima em Nova Concórdia. Segundo ele:

A Escola Nossa Senhora de Fátima da Congregação, tudo mantido pelo município, o prédio foi construído pelo velho falecido Pezenti que deu a madeira e eles fizeram a escola, era bonita, grande, com piso de 2 andares” (PADILHA, 2013).

Félix Padilha demonstrou a importância daquela escola, bem como as características da construção, confirmando a imagem anterior.

O projeto educacional das Irmãs Escolares também contemplou a vila do Jaracatiá (a partir de 1964, município de Enéas Marques) com a fundação do Educandário São José, administrado pelas Irmãs Escolares de Nossa Senhora.

Conforme Wernet:

Jaracatiá era um lugar maior, com uma população mais numerosa e uma Igreja relativamente espaçosa e bonita. Mas a ausência de uma liderança efetiva atrasou a construção da Escola. [...] E um ano mais tarde, no dia 10 de fevereiro de 1962, foi aberta

a filial de Jaracatiá (Enéas Marques) sob o nome de Educandário São José. [...]. Não foi muito diferente a situação em Enéas Marques (2002, p. 136-137).

Segundo o autor, na vila do Jaracatiá, que até 1964 pertencia a Francisco Beltrão, havia algumas diferenças em relação ao encontrado em Nova Concórdia, a começar pela população que era mais numerosa. Lá havia também uma Igreja bem espaçosa com um desenho arquitetônico muito bonito que chamava a atenção de todos. Próximo a ela foi construído o Educandário São José, concluído em 1962 – uma estrutura enorme que despertava a atenção de quem passava.

Na imagem a seguir, podemos visualizar o Educandário São José, que atendeu às demandas da comunidade do Jaracatiá/Enéas Marques.

Fotografia 4 – Educandário São José Jaracatiá Enéas Marques, 1962.



Fonte: Wernet (2002, p. 134).

Ao contrário do que indicou Wernet, nos chamou a atenção o curto tempo de construção da escola, pois em apenas dois anos a comunidade construiu uma enorme estrutura física, demonstrando que houve sim uma efetiva participação da comunidade não só no trabalho mas também na doação de dinheiro e materiais para a construção da escola. A partir de 1962 entrou em funcionamento mais uma filial do Instituto, servindo de escola e residência para as irmãs. Coube às Irmãs Escolares a responsabilidade tanto pela direção e administração como pelo o projeto pedagógico.

No período em que as Irmãs administraram essa escola houve uma comunidade permanente que tinha como Superiora a Irmã Iluminata Singer com mais Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 22, n. 73, p. 700-728, abr./jun. 2022

três religiosas e um grupo de Irmãs, as quais passaram por lá durante um período para uma espécie de estágio dentro do processo de formação religiosa.

O Educandário São José foi uma instituição importante para aquela comunidade, como indica Maria Iracema Radin<sup>11</sup>, que foi aluna na Escola entre 1962-1965. O seu fechamento ocorreu no ano de 1969, e no mesmo prédio passou a funcionar a escola Cenecista Manoel Ribas, conforme indicou Nurmberg (2017).

Ao visitar as casas das religiosas no Sudoeste em 1969, a Madre Provincial comunicou o fechamento das escolas Regina Mundi, Nossa Senhora de Fátima e o Educandário São José com base na decisão do Conselho Geral, que justificou a medida alegando a redução do número de religiosas na ordem. Conforme registrado no Livro Tombo, da Paróquia Santo Antônio, de Dois Vizinhos, o fechamento daquela escola ocorreu devido à retirada das 3 irmãs, que foram transferidas para outras casas por falta de religiosas preparadas para atender às demandas da congregação (PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE DOIS VIZINHOS, 1970).

De fato, durante a década de 1960 muitas irmãs que vieram da Alemanha retornaram para seu país, mas na época a entrada de novas irmãs na ordem ainda era bem expressiva. No nosso entendimento, a razão principal para o fechamento das escolas se deu pelo fato de as irmãs não serem as proprietárias das casas, tendo que desse modo depender das comunidades. Ou seja, as irmãs optaram por investir de forma mais efetiva no projeto educacional de Francisco Beltrão.

Afirmamos anteriormente que na região houve uma modalidade de ensino não classificada por Emer (1991). Com base no que foi apresentado até aqui e nos estudos de Belliato (2017), Nurmberg (2017) e Sbardelotto e Castanha (2018), podemos constatar que as relações estabelecidas nas escolas administradas pelas Irmãs escolares, aqui estudadas, e em outras congregações que se instalaram na região se configuram como uma mescla de práticas e organizações educativas que incorporou as formas classificadas por Emer, mas também se diferenciou delas. Então, vejamos: a) as escolas se instalaram mediante o pedido de um determinado grupo social; b) a construção da estrutura física das escolas contou com o trabalho braçal dos moradores, doações financeiras dos moradores ou a realização de promoções para

---

<sup>11</sup> Iracema Radin nasceu na vila do Jaracatiá em 1955 (Enéas Marques). Estudou no Educandário São José de 1962-1965. A partir de 1966, veio morar em Francisco Beltrão. Nos anos 1966-1967, estudou no Instituto Nossa Senhora da Glória na CANGO.

arrecadação de fundos, com recursos das próprias religiosas ou obtidos por elas de entidades internacionais e com recursos públicos cedidos pelos municípios ou estado; c) várias religiosas eram contratadas/concursadas pelo Estado ou municípios para trabalharem na própria escola; d) quanto ao financiamento, havia uma mistura entre gratuidade, doações e cobrança de mensalidades; uns estudavam gratuitamente, outros doavam mantimentos ou trabalho braçal para a escola ou para as religiosas, já outros pagavam regularmente; e) as religiosas tinham autonomia para organizavam o projeto pedagógico, curricular e o processo disciplinar; f) dependendo do tamanho da estrutura física construída, as turmas se organizavam em multisseriadas, bisseriadas ou seriadas, constituindo-se em grupo escolar, ou seja, escola dos colonos, casa escolar pública e o grupo escolar. Resumindo, tais instituições eram uma mescla de comunitárias, paroquiais confessionais/privadas e públicas.

Essas experiências revelam que na época se caracterizavam as seguintes situações: a) havia por parte dos posseiros/colonos um desejo pela escola; b) a confiança dos moradores nas religiosas; c) a ausência efetiva do Estado, seja pela carência de recursos públicos, seja por negligência dos gestores; d) a fragilidade da legislação educacional ou a falta de fiscalização, o que permitia um conjunto de irregularidades entre a esfera pública e confessional/privada. Enfim, por haver uma grande demanda por escolas, falta de recursos públicos e fiscalização adequada, fazia-se, como se diz no popular, “vistas grossas” para as irregularidades praticadas.

### *As parcerias entre as Irmãs Escolares e a Secretaria da Educação do estado do Paraná*

As Irmãs Escolares mantinham uma boa relação com a Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Este relacionamento possibilitou importantes contribuições, o que beneficiou a educação em Francisco Beltrão e região.

Conforme registrado na Crônica:

Em fins de 1967 a Secretaria de Educação e Cultura de Curitiba pediu às Irmãs assumir a direção do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão e que funcionasse em nosso prédio. Estava até então no prédio do Grupo Suplicy. O pedido foi aceito em 1968 IR. ARCELIA MARIA PAESE, que tinha nomeação como professora primária, assumiu a direção do

Ginásio que passou a funcionar em nosso prédio. Funcionou em 3 períodos. No mesmo ano houve a fusão com mais duas escolas: Escola Normal Ginásial Nossa Senhora da Glória que já não tinha razão de existir porque foi criada e Escola Normal Colegial Regina Mundi e o Ginásio particular La Salle foram fechados (INSTITUTO N.S.G, 1982, s/p).

A Crônica evidencia uma relação entre o Instituto Nossa Senhora da Glória com as escolas públicas da cidade. Com a nova estrutura física concluída em 1967, a Secretaria de Educação do Estado propôs que as irmãs assumissem a direção do Ginásio Estadual, bem como alugassem as estruturas do Instituto para abrigar os alunos que estudavam em espaços improvisados no Grupo Escolar Suplicy e na escola da CANGO. Pelo registro, o Estado aproveitou para suprimir a Escola Normal Ginásial, pois já não havia mais razão de ela existir, já que haviam sido criados o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão em 1964, que funcionava na CANGO, e o Ginásio La Salle<sup>12</sup>, formando assim uma só instituição reestruturada: o novo Ginásio Estadual de Francisco Beltrão. A opção pelo Instituto Glória se deu certamente mais pela estrutura do que pelo projeto pedagógico, sendo a alternativa encontrada para aliviar as pressões pela construção de uma estrutura física própria para o Ginásio. Não foi possível identificar o valor do aluguel pago pelo Estado.

Conforme registrado na Crônica:

Foi um ano duríssimo para a direção, pois custou muito para que os alunos vindos da Escola Estadual se submetessem a um regime sério de disciplina e trabalho. Havia cerca de 100 casos de irregularidades, isto é, com irregularidades nos históricos dos alunos. Após um levantamento por membros da Secretaria de Curitiba todos os respectivos alunos tiveram de se sujeitar-se às necessárias provas de revalidação nas matérias com notas não "legais" (INSTITUTO N.S.G, 1982, n. p.).

As irmãs encontraram dificuldades para impor um padrão disciplinar aos alunos das outras instituições que foram incorporados ao Ginásio Estadual. Os alunos precisaram se adaptar às normas disciplinares e à nova estrutura curricular da Instituição. Conforme revelado no fragmento citado, a secretaria do Ginásio Estadual estava desorganizada, apresentando problemas de registros dos alunos, situação piorada ainda mais com o ingresso de alunos da Escola Normal Ginásial e do Ginásio

---

<sup>12</sup> O Ginásio La Salle era mantido pelos Lassalistas e atendia aos meninos. Com a criação do Ginásio estadual, o La Salle foi fechado, sendo seus professores contratados pelo Estado para trabalharem no Ginásio Estadual.

La Salle, que, certamente tinham diferenças na grade curricular e precisavam se ajustar ao padrão organizativo das irmãs.

Tal passagem evidencia que as escolas públicas, naquele momento, estavam em situação precária, tanto do ponto de vista estrutural, quanto burocrático. Na época havia duas ou três instituições funcionando no mesmo espaço e, como consequência, muitos problemas surgiram com a documentação escolar dos alunos. Boa parte da desorganização era por falta de estrutura, demonstrando assim pouco interesse por parte do Estado pela educação pública. A opção por alugar o Glória foi uma forma que o governo encontrou para prorrogar os investimentos em novas escolas, demonstrando mais uma vez que uma educação pública de qualidade não era interesse do governo estadual.

Conforme registrado na Crônica:

Irmã Bárbara Zimmermann, que também tinha padrão pelo Estado como professora primária para assumir a direção e continuar a luta em prol da juventude estudantil de Francisco Beltrão. "Segundo informações, ela conseguiu cercar-se de uma equipe de ótimos professores que lhe ajudaram a elevar a escola a um nível bastante bom e reconhecido na região" (INSTITUTO, 1982, s/p).

Como indicado, Irmã Bárbara era servidora do Estado e isso facilitou a composição de uma equipe de professores preparada para conduzir os trabalhos no Ginásio Estadual de Francisco Beltrão. Alguns anos depois, a escola já apresentava um nível de ensino satisfatório, como registrado no fragmento.

Certamente os professores mais bem preparados de Francisco Beltrão atuavam na estrutura do Instituto, até porque no Glória funcionavam as principais escolas mantidas pelo Estado na época. Não há dúvidas de que, neste caso, havia uma relação ambígua entre o público e o privado, o que acabou fortalecendo o nome do Instituto Nossa Senhora da Glória em Francisco Beltrão e região.

Conforme indicado em outro registro encontrado na Crônica:

Em 1970 já foi criado o 2º Grau, no mesmo prédio e todo o Colégio Estadual recebeu o nome de "Colégio Estadual Mário de Andrade pela SEC. Como era fundamental a implantação do CURSO FUNDAMENTAL também em nossa escola particular, Ir. Bárbara deixou a direção do Estadual, fins de 1975, pois era incompatível o mesmo curso no mesmo prédio. A Escola Estadual passou a funcionar ainda anos no prédio nosso sob a

direção de um professor leigo, Danilo Schiessl, mas que não soube corresponder à confiança nele depositada (INSTITUTO, 1982, s/p)<sup>13</sup>.

A informação registrada na Crônica mencionou a criação do 2º grau no ano de 1970, que funcionava no prédio do Instituto Glória. Essa informação foi confirmada na parte histórica do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Mário de Andrade (PARANÁ, 2011). Segundo consta no documento, houve a mudança do nome de Ginásio Estadual de Francisco Beltrão para Colégio Estadual Mário de Andrade pelo Decreto nº. 21.289, de 14/10/70. De acordo com o documento, em menos de dois meses, “em 11/12/1970, pelo Decreto nº. 21883, foi criado o 2º Ciclo (Curso Científico), passando o “Ginásio Mário de Andrade a denominar-se Colégio Estadual Mário de Andrade – Ensino de 1º e 2º Graus” (PARANÁ, 2011, p. 8).

O fragmento anterior também revela o conflito entre o projeto educacional das Irmãs Escolares e o aluguel da estrutura física do Instituto por parte das escolas do Estado (Mário de Andrade e Escola Normal Colegial). Na época, a base legal era a Lei n. 5.692, de 1971, a qual instituiu o ensino de 1º grau obrigatório com duração de 8 anos, da 1ª à 8ª série. Como a lei estabeleceu que a sua implantação se desse de forma gradual, as irmãs decidiram que iriam instituir o curso completo de 1º grau no Instituto N. S. da Glória. Assim, no ano de 1976 teve início a 5ª série. Mas como já era ofertada a 5ª série pelo Colégio Mário de Andrade, que funcionava no mesmo prédio, gerava-se uma incompatibilidade<sup>14</sup>; por causa disso, a irmã Bárbara deixou a direção do Colégio Mário de Andrade para se dedicar somente ao projeto educacional do Instituto. Ano após ano, novas séries foram incorporadas gradativamente ao Instituto Nossa Senhora da Glória, até ter todo o ensino de 1º grau completo, em 1979.

---

<sup>13</sup> Nesse recorte da crônica, finalizada em 1982, há equívocos históricos, pois, na época, em 1970, estava em vigor a Lei n. 4.204/61, LDBEN de 1961. Pela referida lei, o ensino secundário era composto do ciclo ginásial e colegial. O ciclo ginásial se deu com a fundação do Ginásio Estadual em 1964, e em 1970 teve início o ciclo colegial com a criação do curso científico ou de formação geral. A Lei n. 5692/71 fez alteração na organização do ensino, criando a nomenclatura de 1º e 2º graus. O 1º grau passou a ser de oito anos, sendo quatro anos como ciclo primário e quatro anos (5ª a 8ª séries) como ciclo ginásial, da lei anterior (DAVIES, 2004).

<sup>14</sup> Segundo Severgnini e Castanha (2020), a partir de 1975, o estado do Paraná iniciou a construção da sede própria do Colégio Estadual Mário de Andrade, concluída no ano seguinte. Com a conclusão da obra e a mudança do CEMA para a nova sede no início de 1977, o convênio entre o estado do Paraná e o Instituto Nossa Senhora da Glória foi encerrado.

Esse período demarcou o início da autonomia do Instituto Nossa Senhora da Glória, com a construção de uma identidade própria. Conforme indicado na Crônica:

A Escola Nossa Senhora da Glória desenvolveu-se sob a direção da Ir. Leticia Cunha e depois da Ir. Arcélia Maria Paese. O número de alunos cresceu ano após ano em todas as classes do Curso Fundamental - 1º grau e também PRÉ-ESCOLA. A semente que germinou há 25 anos, respectivamente em 30 anos a escola tornou-se CENTRO CULTURAL DA REGIÃO (INSTITUTO, 1982, s/p).

A partir daquele período, o Instituto Nossa Senhora da Glória adotou uma postura de escola particular, no sentido mais estrito do termo, com um público seletivo vindo da elite de Francisco Beltrão e região, mas mantendo ainda o atendimento de alguns alunos carentes, mediante a concessão de bolsas de estudos. No final da década de 1980 foi criado o curso secundário no Instituto, transformando-se então no Colégio Nossa Senhora da Glória.

## **Considerações Finais**

A vinda das Irmãs Escolares para o Brasil se deu em meio a um período conturbado da história mundial e nacional. Em meio ao fortalecimento do nazismo na Alemanha, as irmãs buscaram fortalecer a ordem em outras terras. Ao chegar ao Brasil, também não encontraram facilidades, tendo que atuar em setores da saúde e assistência para serem reconhecidas. Somente depois que o ambiente belicoso gerado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se dissipou, elas puderam se dedicar à causa educacional.

Na época, a região Sudoeste estava em processo de colonização, com a entrada massiva de agricultores vindos do Sul. Para a Igreja, era fundamental a presença de ordens religiosas na região para levar a fé e fortalecer o cristianismo, pois na época o protestantismo já estava em ascensão no país. Para o Estado, a presença de religiosos era uma maneira de preservar a ordem, a moral, o respeito e a tolerância (elementos centrais na doutrina da Igreja), pois suas ações ainda eram bem limitadas na região. Assim, com esse cenário favorável, várias ordens religiosas, masculinas e femininas, entraram na região entre 1945 e 1960.

As Irmãs Escolares chegaram em 1952 à procura de vocações para a Congregação e foram muito bem recebidas pela comunidade, pela Igreja e pelo

Estado. Como a base de atuação da Congregação era a educação, imediatamente iniciaram seu projeto educacional. No início, tudo foi improvisado devido à situação em que o município se encontrava, ou seja, com uma estrutura precária, sem energia elétrica, além da CANGO ter se instalado na região há pouco tempo.

Não precisou muito tempo para o trabalho educacional das Irmãs Religiosas Escolares obterem visibilidade. Em 1956 inauguraram a estrutura na CANGO e, posteriormente, em escolas nas localidades de Dois Vizinhos, Nova Concórdia e Enéas Marques, sempre a pedido das comunidades. Durante a década de 1960, com a ajuda das comunidades, do poder público e de instituições da Alemanha, levaram seu projeto educacional, construindo grandes escolas, especialmente em Francisco Beltrão, para atender aos estudantes da região.

A atuação das Irmãs escolares em Francisco Beltrão e região significou um importante trabalho naquele momento histórico, pois o Estado ainda era bem ausente no campo educacional. Sob a influência das Irmãs, outras escolas foram criadas na região para atenderem às demandas de escolarização das vilas mais populares, como foram os casos das escolas comunitárias em Nova Concórdia, Enéas Marques e Dois Vizinhos.

Não temos dúvidas em afirmar que o Instituto Nossa Senhora da Glória contribuiu decisivamente no processo de escolarização de Francisco Beltrão e região e fomentou a construção de escolas comunitárias e públicas nos municípios. O fato de o Instituto ter possibilitado o uso de suas estruturas educacionais e de seu projeto pedagógico, estabelecendo parcerias com comunidades e poderes públicos, foi fundamental para fortalecer a sua identidade e construir seu prestígio em Francisco Beltrão e região.

## Referências

ARNS, I. M. H. *A Bem-aventurada Maria Teresa de Jesus Fundadora da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora*. 2. ed. Forquilha/SC: Formsul Editora e Gráfica, 2012.

AZZI, R. *História da Igreja no Brasil: Terceira Época – 1930 – 1934*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

BELLIATO, M. da C.; CASTANHA, A. P. A Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi - 1965-1976: primeiros Apontamentos sobre a formação de professores primários em Francisco Beltrão-PR. *Faz Ciência*, v. 18, n. 27, p. 191-212, jan./jun. 2016.

BELLIATO, M. da C. *O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização no Município de Francisco Beltrão-PR (1951-1982)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jan. 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm). Acesso em: 15 dez. 2021.

CATTELAN, C. *Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a Escola Multisseriada*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2014.

DAVIES, N. *Legislação educacional federal básica*. São Paulo: Cortez, 2004.

DIX, I. B. *O Amor não Pode Esperar*. São Paulo/SP: Edições Paulinas, 1993.

EMER, I. *O Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV, Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. *Crônica - 1952-1962*. Francisco Beltrão: Colégio Nossa Senhora da Glória, 1962. (Documento manuscrito).

INSTITUTO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. *História Remota de Marrecas – 1963-1982*. Francisco Beltrão. Crônicas, Arquivo Colégio Nossa Senhora da Glória, 1982. Mimeo.

LAZIER, H. *Escola Nossa Senhora da Glória: “a Semente que Germinou”*. Francisco Beltrão/PR: Grafisul, 1982.

LAZIER, H. *Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso*. Francisco Beltrão/ PR: Revista Jubileu de Prata - Francisco Beltrão Edição Histórica: Editora Folha do Sudoeste LTDA: s/d. p. 5-27.

MANACORDA, M. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NURMBERG, M. A. *História da Educação do Município de Éneas Marques - 1960 a 1992*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2017.

PADILHA, F. *Entrevista concedida a Carla Catelan*. Francisco Beltrão: Arquivo de História Oral da União, 2013.

PARANÁ. Lei n. 1.363 de 26 de outubro de 1953. Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito de Cr\$ 200.000,00, destinado a auxiliar o Instituto Nossa Senhora da Glória, no município de Francisco Beltrão, para construção de sua sede própria. *Diário Oficial n. 189*, Poder Executivo, Curitiba, PR, 29 out. 1953. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=14997&indice=1&totalRegistros=12>. Acesso em: 9 maio. 2022.

PARANÁ. *Planejamento Prévio*: primeiro complexo – Colégio Estadual Mário de Andrade. Francisco Beltrão/PR: Instituto Nossa Senhora da Glória e Grupo Escolar Beatriz Biavatti, s/d. (Livro encadernado mimeo).

PARANÁ. *Projeto Político Pedagógico de 2011*. Francisco Beltrão/PR: CEMA, 2011.

PARÓQUIA SANTO ANTONIO DE DOIS VIZINHOS. *Livro Tombo de 1970*. Dois Vizinhos/PR: Arquivo Paroquial, 1970.

RADIN, M. I. *Entrevista concedida a Moacir Belliato em 04 de fevereiro de 2016*. Francisco Beltrão/PR: Arquivo de História Oral da Unioeste, 2016.

SBARDELOTTO, D. K.; CASTANHA, A. P. A pesquisa em História da Educação no sudoeste do Paraná: análise e perspectiva. *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, Brasil, v. 2, p. 189-213, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/56109>. Acesso em: 9 maio 2022.

SEVERGNINI, A. F.; CASTANHA, A. P. O Colégio Estadual Mário de Andrade: da Criação à Consolidação como Instituição Pública de Ensino Secundário em Francisco Beltrão-PR (1964-1982). *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, Brasil, v. 4, n. 10, p. 154-183, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/74095>. Acesso em: 9 maio 2022.

WERNET, A. *As IENS Rompendo Fronteiras*. São Paulo/SP: Induspian Indústria Gráfica LTDA, 2002. v. 1.

RECEBIDO: 31/01/2022  
APROVADO: 29/03/2022

RECEIVED: 01/31/2022  
APPROVED: 03/29/2022

RECIBIDO: 31/01/2022  
APROBADO: 29/03/2022